



Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2022

PNAD

contínua

 ISBN 978-85-240-4505-1
 © IBGE, 2023

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua¹ - PNAD Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, investigou o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no quarto trimestre de 2022. A investigação abrangeu o acesso à Internet e à televisão, bem como a existência de telefone, entre outros equipamentos como microcomputador,

tablet e rádio, nos domicílios particulares permanentes; e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal junto às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Cabe destacar que tanto o questionário de domicílios quanto o de pessoas passaram por reformulação com o objetivo de aprofundar e melhorar a investigação do uso e acesso a essas tecnologias, tais como serviço pago

de *streaming* de vídeo, existência de dispositivo inteligente, acesso gratuito à Internet em locais públicos, acréscimo de finalidades de acesso à Internet, inclusão do 5G em banda larga móvel etc. Desta forma, a série histórica para alguns indicadores foi interrompida a partir da presente divulgação e novos indicadores serão apresentados com dados, até o momento, somente para o ano de 2022.

Televisão

Domicílios com televisão

	2021	2022
Somente de tela fina	84,2%	87,9%
Somente de tubo	11,9%	9,2%
Televisão de tela fina e de tubo	3,9%	2,9%

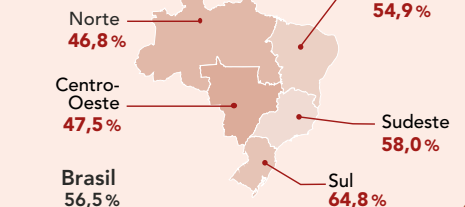
Acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo (1)

Havia acesso a serviço pago de <i>streaming</i> de vídeo	43,4%
Não havia acesso a serviço pago de <i>streaming</i> de vídeo	56,6%

(1) Domicílios em que havia utilização da Internet.

Rádio

Domicílios com rádio



Internet

Utilização (2)

	2021	2022
Total	84,7%	87,2%
Por idade		
10 a 13 anos	82,2%	84,9%
14 a 19 anos	91,8%	94,1%
20 a 24 anos	94,2%	96,1%
25 a 29 anos	94,5%	96,1%
30 a 39 anos	93,4%	95,4%
40 a 49 anos	90,2%	92,6%
50 a 59 anos	83,3%	86,3%
60 anos ou mais	57,5%	62,1%

(2) Por pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Equipamento utilizado para acessar

Telefone móvel celular	98,9%	Televisão	47,5%
Microcomputador	35,5%	Tablet	7,6%

Domicílios com dispositivo inteligente

Total	14,3%
Situação do domicílio	
Urbana	15,3%
Rural	6,1%

Finalidade do acesso à Internet

Conversar por chamadas de voz ou vídeo	94,4%
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens (3)	92,0%
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	88,3%
Usar redes sociais	83,6%
Ouvir músicas, rádio ou <i>podcast</i>	82,4%
Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet	72,3%
Acessar banco(s) ou outras instituições financeiras	60,1%
Enviar ou receber e-mails	59,4%

(3) Por aplicativos diferentes de e-mail.

¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, na página da PNAD Contínua, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=34949&t=resultados>.

Domicílios particulares permanentes

Existência de televisão no domicílio

Em 2022, dos 75,3 milhões de domicílios particulares permanentes do País, em 94,9% havia televisão, proporção que ficou em 95,6% na área urbana e 90,4% na rural. As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores proporções de domicílios com televisão (96,6% e 96,2%, respectivamente). Por outro lado, a Região Norte apresentou a menor proporção, 89,9%.

Em termos regionais e em relação a 2021, houve aumento do número de domicílios com televisão, contudo, em termos de proporção de domicílios, todas as Grandes Regiões apresentaram variação negativa. No período, a maior redução na proporção de domicílios com televisão ocorreu na Região Norte, passando de 90,7%, em 2021, para 89,9%, em 2022.

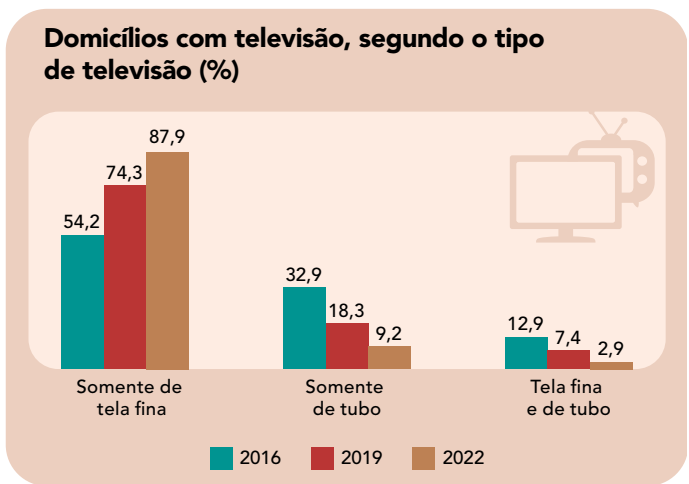
O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios em que havia televisão foi de R\$ 1 740, valor 64,0% superior ao rendimento dos domicílios que não tinham televisão, R\$ 1 061.

Tipo de televisão

No País, de 2021 para 2022, houve aumento no número de domicílios com televisão de tela fina (de 61,4 milhões para 64,9 milhões) e retração no de domicílios com televisão de tubo (de 11,0 milhões para 8,7 milhões). Essa tendência tem se manifestado desde 2016, início da série, entretanto a diferença entre 2021 e 2022 foi a menor dessa série.

O percentual de domicílios com somente televisão de tela fina subiu de 84,2% para 87,9% entre 2021 e 2022, enquanto o daqueles com somente televisão de tubo caiu de 11,9% para 9,2% e daqueles com ambos os tipos de televisão a redução foi de 3,9% para 2,9%. Esses movimentos ocorreram em todas as Grandes Regiões.

Em 2022, os percentuais de domicílios que tinham somente televisão de tela fina foram maiores nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, ao passo que os percentuais de domicílios com somente televisão de tubo foram maiores nas Regiões Nordeste e Norte.

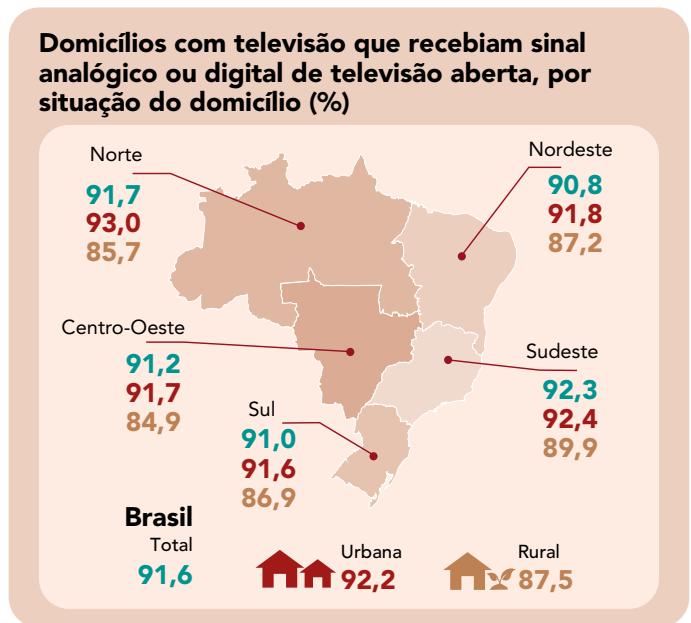


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

O nível do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios em que havia televisão de tela fina foi mais elevado que o rendimento naqueles que tinham televisão de tubo. Essa diferença foi ainda mais acentuada entre os domicílios que tinham somente um desses dois tipos de televisão. No País, esse rendimento nos domicílios com televisão de tubo (R\$ 948) representou 51,6% do rendimento nos que tinham televisão de tela fina (R\$ 1 836). Nos domicílios que tinham somente televisão de tubo (R\$ 749), o rendimento compreendia apenas 40,6% daqueles nos quais tinham somente televisão de tela fina (R\$ 1 847).

Recepção de sinal de televisão aberta

Em 2022, foram estimados 65,5 milhões de domicílios com recepção de sinal analógico ou digital de televisão aberta, que compreendiam 91,6% dos domicílios com televisão do País. Na área urbana, esse percentual foi maior do que na área rural (92,2% contra 87,5%). A Região Sudeste apresentou o maior percentual, com 92,3% desses domicílios apresentando esse tipo de recepção de sinal, enquanto a Região Nordeste registrou o menor percentual, 90,8%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Antena parabólica

Em 2022, os quesitos sobre antena parabólica foram reformulados devido à instituição de política pública de substituição gradual da transmissão de sinal de TV aberta por meio de antenas parabólicas grandes, que podem causar interferência sobre o serviço móvel de quinta geração (5G), por mini parabólicas, que não causam interferência. Dessa forma, o questionário passou a investigar a existência dos dois tipos de antenas parabólicas. É relevante também destacar que, com a migração para as mini parabólicas,

o sinal de TV aberta satelital passa a ser digital. Pretende-se encerrar completamente a transmissão de sinal de TV aberta por parabólicas grandes.

Nos domicílios com televisão, em 2022, o percentual dos que tinham antena parabólica (grande ou mini com sinal aberto) foi de 54,8% em área rural, 19,2% em área urbana e 23,5% para o País. A Região Sudeste (16,7%) continuou apresentando o menor percentual e as Regiões Nordeste (34,8%) e Norte (32,2%) registraram os maiores percentuais desses domicílios.

No Brasil, havia um número maior de domicílios com recepção de sinal por parabólica grande (16,8 milhões) em comparação aos que possuíam mini parabólica com sinal aberto (5,9 milhões), o que representava 16,0% e 8,3% dos domicílios com televisão, respectivamente. Aproximadamente 911 mil domicílios (1,3% dos domicílios com televisão) possuíam acesso a sinal de televisão somente por meio de parabólica grande. Esse é o grupo de interesse que precisa migrar a estrutura de recepção de TV para a mini parabólica, uma vez que o seu acesso ao sinal de TV aberta ficará comprometido pelo desligamento da transmissão de sinal de TV aberta por meio de antenas parabólicas grandes.

Domicílios e moradores com televisão, por situação do domicílio, segundo a recepção de sinal de televisão por antena parabólica

Recepção de sinal de televisão por antena parabólica	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica	23,5	19,2	54,8
Havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica grande	16,0	12,8	39,8
Havia somente recepção de sinal de televisão por antena parabólica grande (em uso)	1,3	0,9	4,1
Havia recepção de sinal aberto de televisão por antena mini parabólica	8,3	7,2	16,6
Havia somente recepção de sinal aberto de televisão por antena mini parabólica	0,3	0,3	1,0
Não havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica	76,5	80,8	45,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

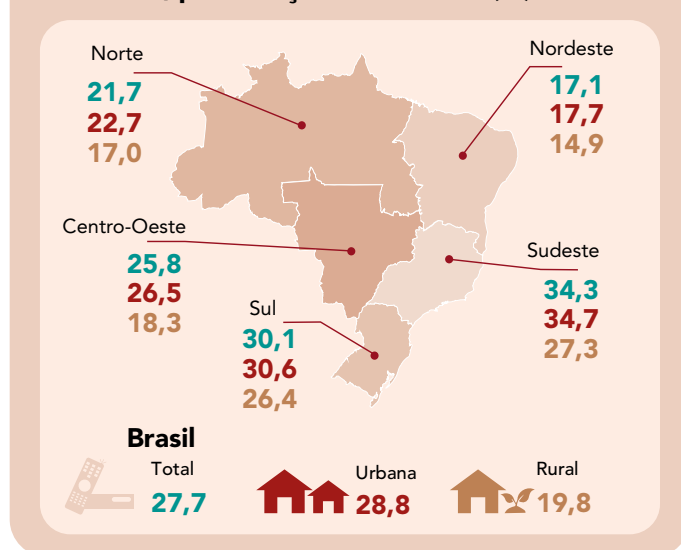
O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios com televisão que tinham antena parabólica (R\$ 1 260), seja a grande ou a mini com sinal aberto, foi 33,4% menor que o rendimento daqueles com televisão sem esse tipo de antena (R\$ 1 891). Para aqueles domicílios com acesso somente por meio da parabólica analógica, o rendimento médio foi de R\$ 923, ou seja, além de ser um grupo que apresenta risco de apagão de canais de televisão, este possui uma renda média consideravelmente inferior a outros grupos.

Serviço de televisão por assinatura

O serviço de televisão por assinatura dá acesso a um número variado de canais exclusivos, de acordo com o pacote contratado, além de fornecer conteúdo de televisão aberta. Ao contrário do observado no uso da recepção por antena parabólica, a parcela dos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura nas residências com televisor em área urbana foi maior que em área rural; entretanto há uma clara tendência de redução dessa diferença entre urbano e rural para acesso à TV por assinatura: em 2016, a diferença foi de 25,3 p.p. (pontos percentuais) e, em 2022, caiu para 9,0 p.p.

Assim, em 2022, 19,8 milhões ou 27,7% dos domicílios com televisão no País tinham acesso a serviço de televisão por assinatura, proporção que foi de 28,8% em área urbana e de 19,8% em área rural. Entre 2021 e 2022, o percentual de domicílios com televisão por assinatura apresentou pequena variação no Brasil, reduzindo em 0,1 p.p. Nas áreas urbanas houve uma queda de 0,4 p.p., enquanto nas rurais registrou-se um acréscimo de 2,0 p.p., passando de 17,8% para 19,8%.

Domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura, por situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Em 2022, a Região Sudeste continuou detendo o maior percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (34,3%), enquanto a Região Nordeste permaneceu com o menor (17,1%).

O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 693) suplantou o daqueles com televisão sem esse tipo de serviço (R\$ 1 360).

O confronto do rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura com o rendimento nos que possuíam esse aparelho com recepção por antena parabólica mostrou uma diferença significativa. Em 2022, esse rendimento nos domicílios com antena parabólica (R\$ 1 260) representava 46,8% daquele nos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 693).

Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura

Nos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, em 2022, 35,3% não o adquiriam por considerá-lo caro e 53,7% por não haver interesse pelo serviço. Em conjunto, esses dois foram os principais motivos mais indicados, abrangendo 89,0% desses domicílios com televisão sem o serviço de televisão por assinatura. Aqueles que não tinham o serviço de televisão por assinatura porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam esse serviço representavam 9,2%, enquanto os que não o possuíam por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somavam somente 1,1%.

Nas Grandes Regiões, os dois motivos mais indicados para não adquirir o serviço de televisão por assinatura foram os mesmos do País. Para os domicílios que não tinham esse serviço de televisão por assinatura por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, o resultado da Região Norte (2,1%), ainda que pequeno, foi destaque em relação às demais, que variaram de 0,9% a 1,2%. No caso dos domicílios com televisão que não tinham serviço de televisão por assinatura porque os vídeos acessados na Internet o substituíam, os resultados variaram gradualmente de 6,0%, na Região Norte, a 11,8%, na Região Sul.

Distribuição dos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, segundo o motivo de não haver acesso (%)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Não havia interesse pelo serviço	53,7	54,8	52,1	52,4	56,3	59,8
Serviço era caro	35,3	36,4	39,1	35,7	29,9	27,2
Vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço	9,2	6,0	7,2	9,8	11,8	11,3
Serviço não estava disponível na área do domicílio	1,1	2,1	0,9	1,1	1,2	0,9
Outro motivo	0,8	0,8	0,6	0,9	0,7	0,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Serviço pago de streaming de vídeo

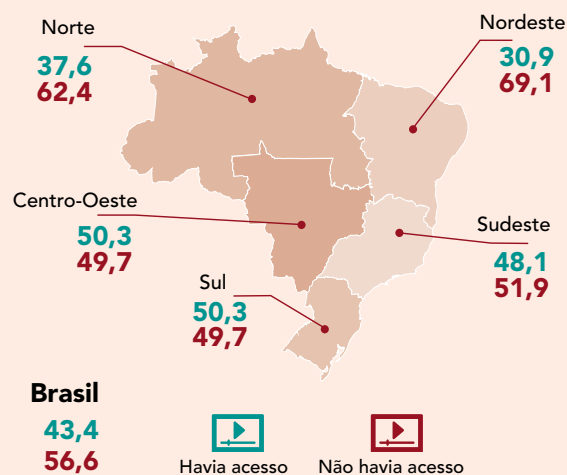
Em 2022, foi incluído um novo quesito sobre a existência de serviço pago de *streaming* de vídeo nos domicílios brasileiros. Considerando os domicílios com televisão, 31,1 milhões ou 43,4% possuíam acesso a este tipo de serviço. As Grandes Regiões com maior percentual de acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo foram: Sul (50,3%), Centro-Oeste (50,3%) e Sudeste (48,1%).

Por outro lado, a Regiões Norte (37,6%) e Nordeste (30,9%) apresentaram os percentuais mais baixos.

Dentre os domicílios que tinham acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo, 95,3% também possuíam acesso a canais de televisão: 93,1% por meio de sinal de televisão aberta e 41,5% por meio de serviço de TV por assinatura. Entretanto, apenas 4,7% dos que tinham acesso a *streaming* pago de vídeo não possuíam acesso a televisão aberta ou a serviço de TV por assinatura.

O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que tinham acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo foi de R\$ 2 454, representando mais que o dobro daqueles que não possuíam acesso a esse serviço, R\$ 1 140. Para os domicílios com acesso a *streaming* pago de vídeo, bem como a canais fechados de televisão, o rendimento médio foi de R\$ 3 228.

Domicílios com televisão, por acesso a serviço pago de streaming de vídeo (%)



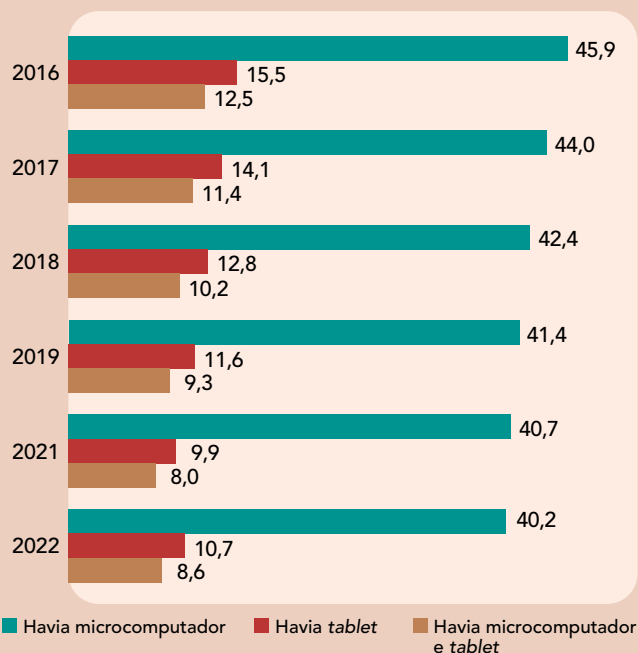
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Existência de microcomputador ou tablet no domicílio

Os resultados de 2016 a 2022 mostraram sentido de declínio, ainda que lento, no número de domicílios em que havia microcomputador. No total de domicílios, aqueles em que havia microcomputador representavam 40,7%, em 2021, e 40,2%, em 2022. Em 2016, esse percentual foi de 45,9%. No setor urbano, os percentuais sempre foram maiores que no rural, porém, essa queda, que vem ocorrendo desde 2016, atinge os dois setores.

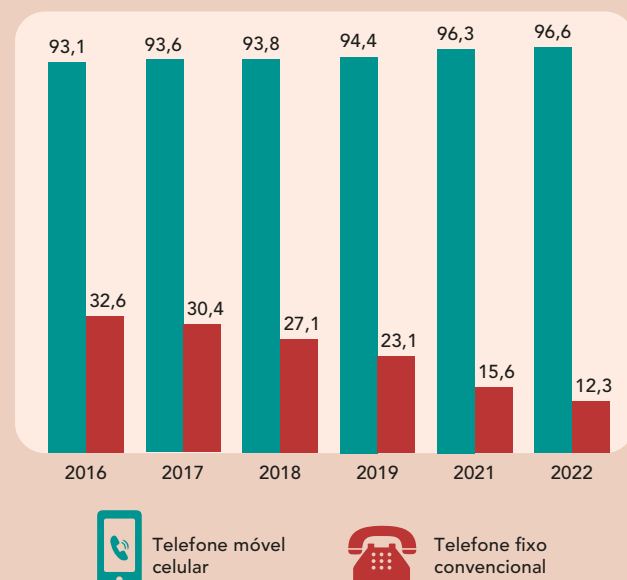
A existência de *tablet* é menos comum nos domicílios que a de computador. Nos domicílios do País, de 2021 para 2022, o percentual daqueles em que havia *tablet* passou de 9,9% para 10,7%. Entretanto, esse aumento no último período ainda não pode ser considerado uma mudança na tendência de queda nesse tipo de dispositivo, pois será preciso acompanhar novas estimativas anuais para se ter um panorama mais assertivo. Em área urbana, esse indicador passou de 11,0% para 11,8% e, em área rural, de 2,8% para 3,1%.

Domicílios com microcomputador ou tablet (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Domicílios com telefone fixo convencional e com telefone móvel celular (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

O microcomputador é um equipamento mais caro que o *tablet* e a grande maioria dos domicílios em que havia *tablet* também tinha microcomputador. Esses fatos são relevantes no entendimento dos níveis do rendimento médio mensal real *per capita* domiciliar em função da existência desses equipamentos nos domicílios.

No País, em 2022, esse rendimento foi de R\$ 995, para os domicílios que não tinham microcomputador nem *tablet*; e de R\$ 2 612 para os que tinham pelo menos um deles. O rendimento médio nos domicílios que contavam somente com *tablet* (R\$ 1 278) foi menor do que naqueles domicílios que tinham somente microcomputador (R\$ 2 288) e alcançou R\$ 4 119 nos domicílios que possuíam ambos os equipamentos.

Existência de telefone no domicílio

Em 2022, não havia telefone em 2,8% dos domicílios particulares permanentes (2,1 milhões) do País, uma redução de 0,2 p.p. em relação a 2021. A ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Nordeste (5,3%) e Norte (4,4%), enquanto nas demais não ultrapassou 2,0%.

Considerando o tipo de telefone, em 2022, havia telefone fixo convencional em 12,3% dos domicílios do País e esse percentual tem apresentado declínio desde 2016 (32,6%). A parcela dos domicílios que tinham telefone móvel celular, por outro lado, aumentou de 96,3% para 96,6% entre 2021 e 2022.

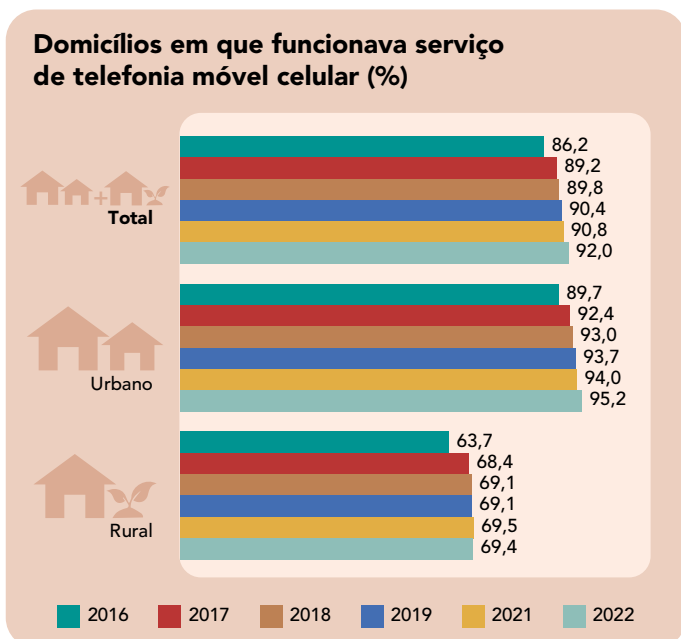
Os domicílios da área rural tinham percentual menor, se comparados àqueles da área urbana, tanto de telefone móvel celular (90,8% frente a 97,4%) quanto de telefone fixo convencional (3,9% frente a 13,5%).

A presença de telefone móvel celular era mais universalizada entre as Grandes Regiões, variando de 94,5% dos domicílios da Região Nordeste a 98,5% dos domicílios da Região Centro-Oeste, a presença de telefone fixo convencional mostrou maiores diferenças regionais. Em 2022, a Região Sudeste tinha o maior percentual de domicílios com telefone fixo convencional (18,2%) ao passo que esse foi de apenas 3,9% e 4,6% nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

O rendimento médio mensal real *per capita* domiciliar da parcela de domicílios em que não havia telefone ficou muito abaixo daquele nos domicílios que tinham telefone. No País, em 2022, o rendimento médio nos domicílios que não tinham telefone (R\$ 841) representou 48,7% do rendimento nos que tinham telefone (R\$ 1 727). Nos domicílios em que havia telefone fixo convencional o rendimento médio foi de R\$ 2 951, enquanto naqueles com telefone móvel celular esse rendimento foi de R\$ 1 727.

Funcionamento de serviço de rede móvel celular no domicílio

De 2016 a 2022, observou-se um aumento no número de domicílios em que foi informado que o serviço de rede móvel celular ali funcionava, para Internet ou para telefonia, o que ocorreu tanto em área urbana como em área rural. O resultado desse indicador da área rural permaneceu em nível substancialmente inferior ao da área urbana. Nesse período, no total de domicílios do País, o percentual daqueles em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para Internet ou para telefonia, passou de 86,2% para 92,0%, no total; de 89,7% para 95,2%, em área urbana; e de 63,7% para 69,4%, em área rural.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Existência de rádio no domicílio

Em 2022, o rádio completou 100 anos no País. Com o avanço da tecnologia, surgiram vários tipos de equipamentos que passaram a acoplar o rádio, bem como outros equipamentos e serviços que utilizam a Internet em substituição à radiodifusão. Há rádios que continuam prestando serviços por meio de radiodifusão, enquanto expandem seus serviços transmitindo sua programação também por meio do *streaming* de áudio na Internet.

Com o objetivo de identificar os domicílios que possuem algum aparelho de rádio, podendo estar associado a outro equipamento, foi incluído um quesito sobre esse tema na PNAD Contínua em 2022. Cerca de 42,6 milhões ou 56,5% dos domicílios possuíam rádio em 2022. O maior percentual foi registrado na Região Sul, com 64,8%, enquanto nas Regiões Norte e Centro-Oeste, menos da metade dos domicílios, 46,8% e 47,5% respectivamente, tinham rádio. No setor rural, 58,2% dos domicílios possuíam rádio, percentual ligeiramente superior ao do setor urbano, com 56,3% dos domicílios.

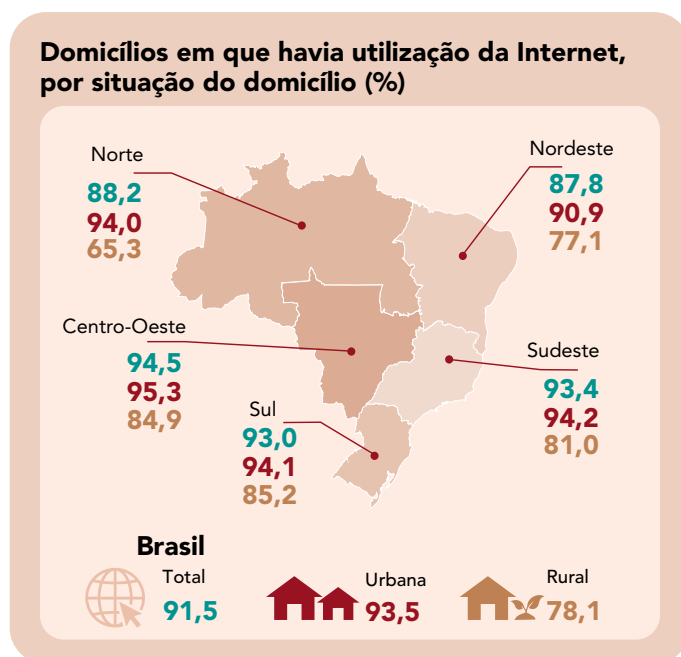
O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que possuíam rádio foi de R\$ 1 784 em 2022, valor 10,1% maior em comparação ao dos domicílios sem esse equipamento, R\$ 1 620.

Utilização da Internet no domicílio

A Internet era utilizada em 91,5% dos domicílios particulares permanentes (68,9 milhões) do País em 2022, um aumento de 1,5 p.p. em relação a 2021. Apesar do aumento consistente desde o início da série histórica, essa taxa de crescimento tem sido cada vez menor, o que conversa com a aproximação desse número à universalização da Internet nos domicílios brasileiros. Sob o aspecto da situação do domicílio, esse crescimento tem sido mais acelerado

nas áreas rurais, contribuindo para uma considerável redução da diferença em relação aos da área urbana: em 2016, essa diferença foi maior do que 40 p.p. e caiu para 15,4 p.p. em 2022.

Esse crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões, sobretudo nas Nordeste e Norte, que, apesar de apresentarem os maiores aumentos entre 2021 e 2022 (2,6 p.p. e 2,7 p.p, respectivamente), ainda mantiveram-se como as Regiões com os menores percentuais de domicílios com acesso à Internet (87,8% e 88,2%, respectivamente).



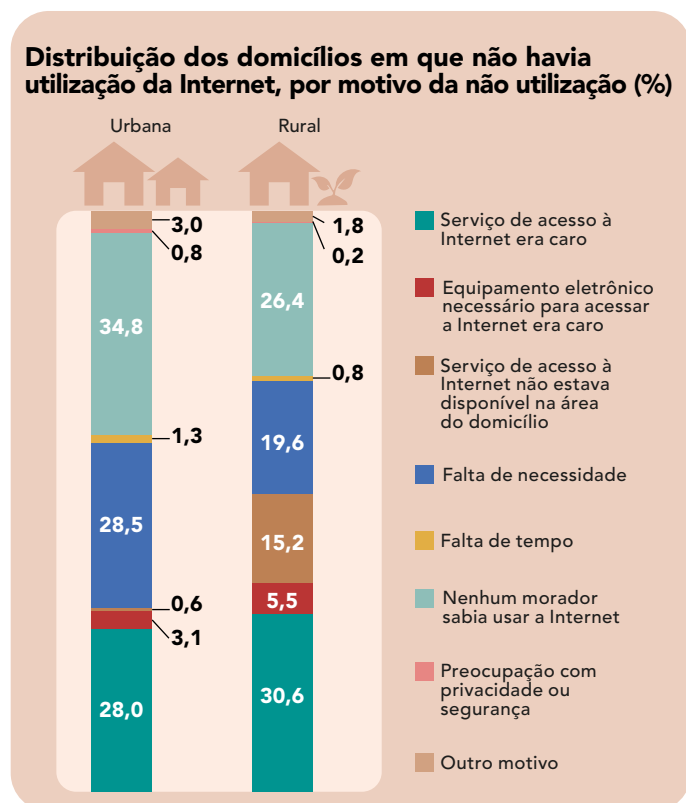
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

No País, o rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 1 760) foi quase o dobro do rendimento nos que não utilizavam essa rede (R\$ 944). A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Região Norte, cujo rendimento nos domicílios em que havia utilização da Internet foi maior que o dobro do rendimento registrado nos domicílios que não utilizavam o serviço.

Motivo da não utilização da Internet no domicílio

Em 2022, nos 6,4 milhões de domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram representavam, em conjunto, 86,5%. Esses três motivos foram: nenhum morador sabia usar a Internet (32,1%), falta de necessidade em acessar a Internet (25,6%) e serviço de acesso à Internet era caro (28,8%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 5,4% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro, 3,9%. Por fim, falta de tempo (1,1%) e preocupação com segurança (0,6%) foram os motivos menos declarados nas entrevistas.

Em área urbana e rural, os três motivos que mais se destacaram foram os mesmos do total e concentravam 91,3% e 76,6%, respectivamente, dos domicílios em que não havia utilização da Internet. Entretanto, na área rural, além dos três motivos mais alegados, destacou-se a falta de disponibilidade do serviço de acesso à Internet na área do domicílio, que representou 15,2% dos domicílios em que não havia utilização da Internet em área rural, em contraste com somente 0,6% em área urbana.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Tipo de conexão à Internet no domicílio

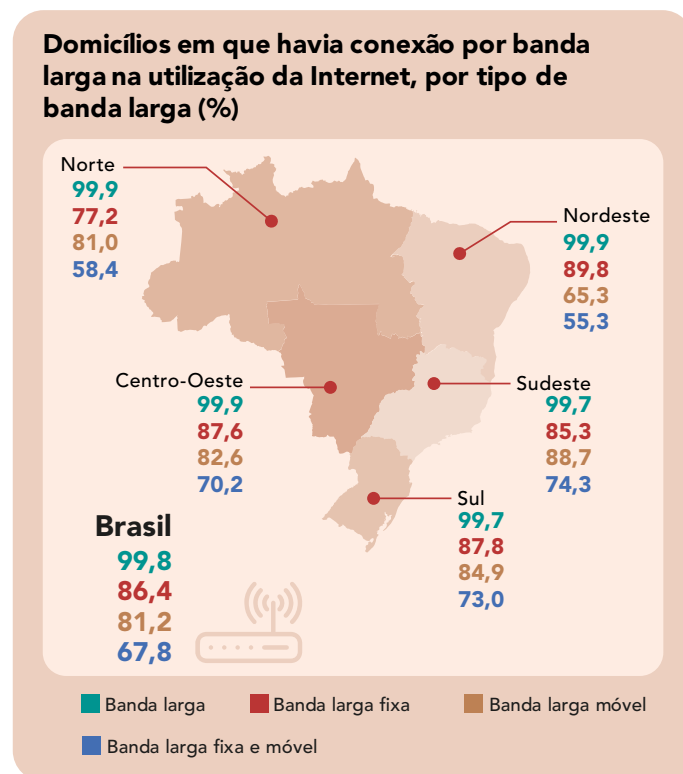
No período de 2016 a 2022, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela que utilizava conexão discada foi se tornando cada vez mais irrelevante, tendo passado de 0,6%, em 2016, para 0,2%, em 2022.

Até 2019, ambos os tipos de conexão por banda larga mostraram gradual sentido de crescimento nos domicílios, ao passo que, em 2021, a banda larga móvel se reduziu, voltando a subir em 2022. A banda larga fixa continuou aumentando de 2016 a 2022, chegando a uma taxa de adoção superior à da banda larga móvel nos anos de 2021 e 2022.

Nos domicílios do País em que havia utilização da Internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel passou de 79,2% para 81,2% entre 2021 e 2022. Ao passo que o percentual dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa aumentou de 83,5% para 86,4% nesse mesmo período.

A análise regional mostrou que, em 2022, o percentual de domicílios na Região Norte em que a banda larga fixa era utilizada (77,2%), apesar de ter apresentado o maior aumento, ficou abaixo dos resultados alcançados nas demais Regiões (acima de 85,0%). No que concerne ao percentual dos domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor percentual foi registrado na Região Nordeste (65,3%), enquanto as demais Regiões apresentaram taxas superiores a 80%, sendo a maior observada na Região Sudeste (88,7%).

Cabe ainda salientar que a diferença entre o percentual de domicílios em que havia uso da banda larga fixa e o referente à banda larga móvel na Região Nordeste (24,5 p.p.) foi substancialmente maior que nas demais Regiões em 2022. Além disso, a presença da banda larga móvel era maior que a fixa apenas nas Regiões Norte e Sudeste.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Domicílios em que havia utilização da Internet.

No período de 2016 a 2022, constatou-se tendência de crescimento no número de domicílios em que eram utilizados os dois tipos de banda larga, ao passo que ocorreu retração nos domicílios que utilizavam somente um dos tipos de banda larga. Nesse período, o percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e móvel subiu de 48,8% para 67,8%, enquanto o percentual dos domicílios em que era utilizada somente a conexão por banda larga móvel passou de 27,1% para 12,7% e naqueles em que havia somente o uso de conexão por banda larga fixa, apresentou redução de 21,0% para 17,6%.

Existência de dispositivo inteligente

Outra inovação na coleta de dados sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC na PNAD Contínua em 2022 foi a inserção de um quesito sobre a existência de algum tipo de dispositivo inteligente que poderia ser acessado pela Internet, como câmeras, caixas de som, lâmpadas, ar-condicionado, geladeiras etc.

Em 2022, dos 68,9 milhões de domicílios que havia utilização de Internet no País, 9,9 milhões (14,3%) possuíam algum tipo de dispositivo inteligente. Em setores rurais, o percentual foi consideravelmente inferior ao urbano, 6,1% contra 15,3%. Em relação às Grandes Regiões, o menor percentual foi registrado na Região Nordeste (9,9%), enquanto a Região Sul (18,2%) apresentou a taxa mais alta, quase o dobro da Nordeste. A Região Sul também apresentou a maior taxa nos setores rurais (11,5%), quase o dobro da média do País nesses setores (6,1%).

No País, o rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que possuíam algum tipo de dispositivo inteligente foi mais que o dobro do rendimento dos domicílios que não possuíam esse tipo de dispositivo, R\$ 3 116 e R\$ 1 532, respectivamente.

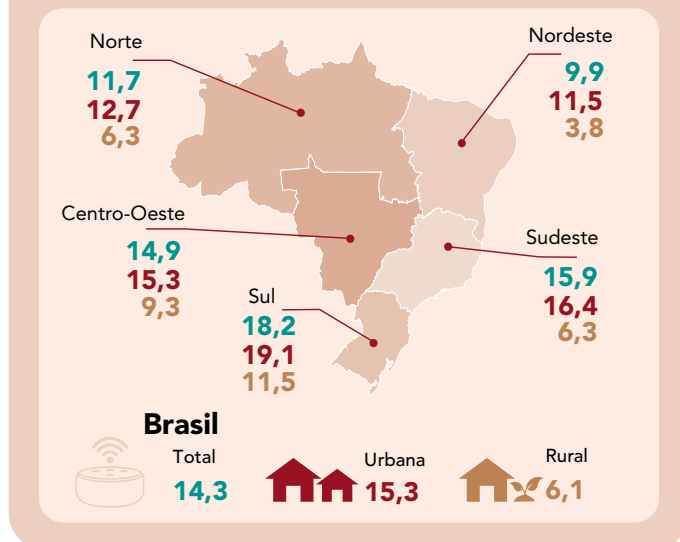
Pessoas de 10 anos ou mais de idade

A investigação da utilização pessoal da Internet, por qualquer meio e em qualquer local, abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade e focou na sua ocorrência em pelo menos algum momento no período de referência dos últimos três meses, que corresponde aos 90 dias que antecederam a data da entrevista no domicílio.

Em 2022, a PNAD Contínua abrangeu novos aspectos relativos ao uso da Internet, como a frequência com que as pessoas normalmente utilizavam a Internet e o acesso gratuito à Internet em locais públicos. A investigação sobre a finalidade do acesso à Internet foi ampliada e incorporou outras possíveis utilizações, tais como usar redes sociais, ouvir músicas, rádio ou *podcast*, realizar compras *online* etc. À medida que o acesso à Internet se difunde na sociedade, com uma proporção cada vez maior de pessoas que a utilizam, mensurar outros aspectos dessa utilização, como a sua frequência, além de identificar as principais atividades realizadas por meio da Internet e a evolução destas ao longo do tempo, torna-se cada vez mais relevante para identificar os diferentes perfis de usuários.

Este módulo também passou por atualização no que se refere às pessoas que afirmaram não ter acessado a Internet no período de referência da pesquisa. Investigou-se sobre a realização de atividades que demandam Internet, identificando, desta forma, os usuários da Internet não conscientes desse uso. Essa informação permitiu a geração do indicador ampliado de uso da Internet, complementar ao indicador padrão usualmente empregado para medir o percentual de pessoas que utilizaram a Internet.

Domicílios com dispositivo inteligente, por situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
Nota: Domicílios em que havia utilização da Internet.

Utilização da Internet

Em 2022, na população estimada de 185,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade do País, 87,2% (161,6 milhões) utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses. No que se refere a situação do domicílio, o percentual de usuários da Internet entre as pessoas que viviam em áreas urbanas foi de 89,4%, ao passo que entre os moradores da área rural, a proporção foi de 72,7%.

O percentual de usuários da Internet vem crescendo desde 2016, quando 66,1% da população de 10 anos ou mais de idade tinha utilizado a Internet no período de referência, passando de 79,5%, em 2019, para 87,2%, em 2022. Embora a utilização da Internet seja menor entre os residentes em áreas rurais, observou-se, ao longo dos anos, uma forte expansão do uso da Internet nesse grupo populacional, reduzindo a diferença em relação à população urbana.

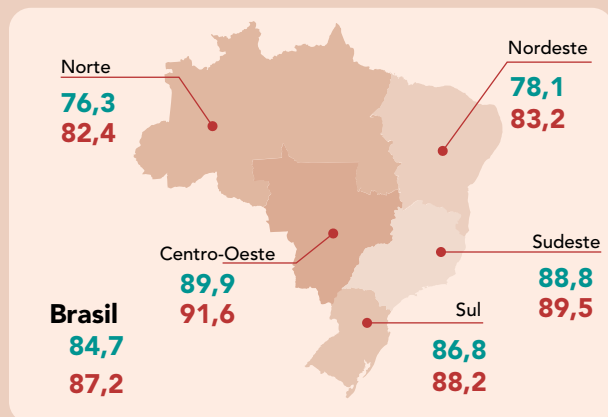
Nas Grandes Regiões, em 2022, verificou-se que a Região Centro-Oeste (91,6%) apresentou a maior proporção de pessoas que utilizaram a Internet, ao passo que as Regiões Norte (82,4%) e Nordeste (83,2%) permaneceram com resultados inferiores aos alcançados nas demais. Entretanto, foram justamente essas duas Regiões que apresentaram as maiores expansões desse indicador, com aumento, entre 2021 e 2022, de 6,1 p.p. e 5,1 p.p., respectivamente. No País, nesse mesmo período, a proporção de usuários cresceu 2,5 p.p.

Em relação ao sexo, no País, 88,0% das mulheres utilizaram a Internet em 2022, um pouco acima do percentual apresentado pelos homens (86,3%). Analisando por nível de instrução, observa-se que o grupo de pessoas sem instrução (39,4%) apresentava um per-

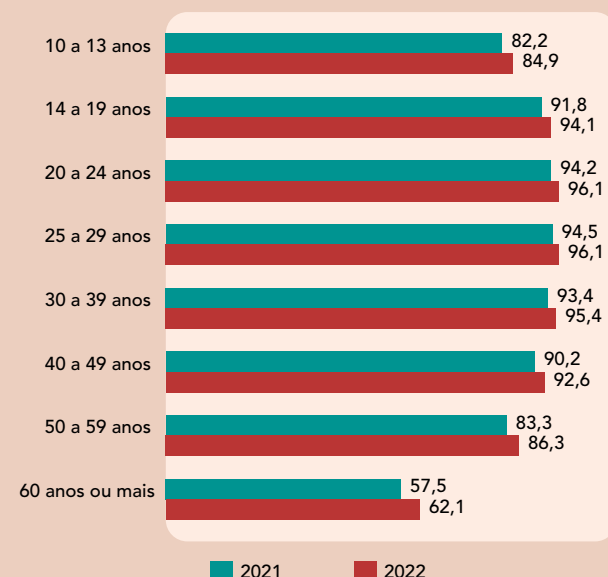
Pessoas que utilizaram a Internet (%)



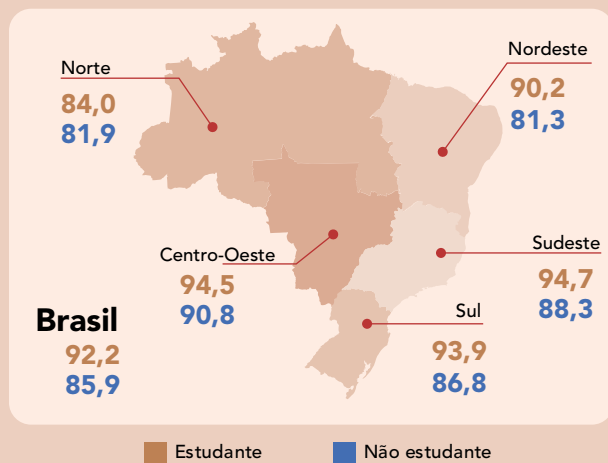
Grandes Regiões



Grupos de idade



Condição de estudante



centual de uso da Internet bastante inferior ao dos demais grupos de escolaridade. Os maiores percentuais foram estimados para as pessoas com ensino superior incompleto (98,7%) e com superior completo (98,2%).

Por grupos de idade

Em 2022, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, no grupo etário de 10 a 13 anos foi de 84,9%. Esse percentual cresceu sucessivamente nos grupos etários subsequentes e alcançou mais de 96,0% de usuários nos grupos de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Em seguida, a proporção de usuários declina-se até atingir 86,3% no grupo de 50 a 59 anos e depois cai para 62,1% entre os idosos, de 60 anos ou mais.

Ainda que o uso da Internet venha crescendo em todos os grupos etários, este foi mais acelerado nas idades mais elevadas, o que pode ter sido propiciado, entre outros fatores, pela evolução nas facilidades para o uso dessa tecnologia e na sua disseminação no cotidiano da sociedade. Nesse sentido, o aumento do percentual de pessoas que utilizaram a Internet, entre 2019 e 2022, foi maior nos grupos etários de 50 a 59 anos e de 60 anos ou mais de idade (aumento de 11,9 p.p. e 17,3 p.p., respectivamente). Em relação a 2021, esses grupos também apresentaram as maiores expansões no percentual de usuários da Internet (3,0 p.p. e 4,6 p.p., respectivamente).

Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2022, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, foi de 92,2% no grupo dos estudantes, ao passo que entre não estudantes esse percentual foi de 85,9%. Em relação ao ano anterior, houve aumento do uso da Internet nos dois grupos, sobretudo entre os não estudantes (2,7 p.p.).

Quando se considera a rede de ensino, observam-se importantes diferenças no uso da Internet por parte dos estudantes do País. Enquanto 98,4% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet em 2022, esse percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 89,4%.

A Região Norte (84,0%) foi a única em que o percentual de usuários da Internet entre os estudantes ficou abaixo de 90%, ao passo que os maiores percentuais foram observados nas Regiões Sudeste (94,7%) e Centro-Oeste (94,5%). As diferenças regionais no uso da Internet foram mais marcadas entre os estudantes da rede pública. Assim, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a Internet foi de 80,1% e 87,7%, respectivamente, nas demais Regiões esse percentual variou de 91,6% a 92,4%. Quando são considerados apenas os estudantes da rede de ensino privada, o percentual de uso da Internet ficou acima de 97% em todas as Grandes Regiões.

Frequência de utilização da Internet

A PNAD Contínua investigou, pela primeira vez em 2022, a frequência com que as pessoas normalmente utilizavam a Internet. Entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram Internet no pe-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.

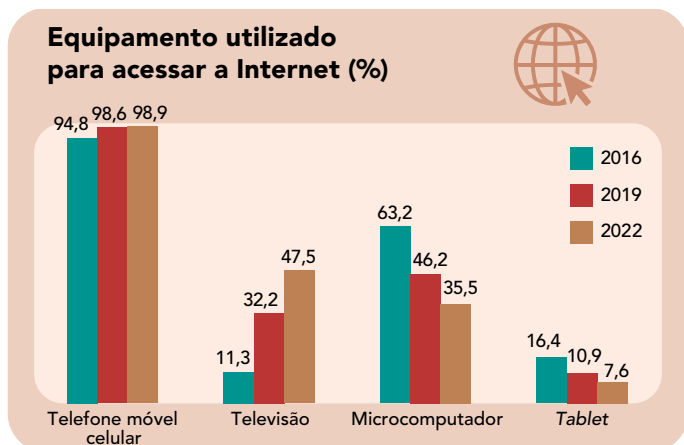
ríodo de referência dos últimos três meses, 93,4% usavam de forma habitual todos os dias; 2,7% utilizavam quase todos os dias (cinco ou seis dias por semana); 3,2% de uma a quatro vezes por semana; e apenas 0,7% utilizavam com uma frequência inferior a uma vez por semana. Ao analisar por Grandes Regiões, observa-se que o percentual de pessoas que normalmente utilizavam a Internet todos os dias, considerando aquelas que utilizaram no período de referência, variou de 89,2%, na Região Norte, a 95,0%, na Região Centro-Oeste.

Não se observou diferenças importantes na frequência do uso de Internet por sexo. Por outro lado, a comparação por grupos etários revela diferenças significativas. Para o grupo mais jovem analisado, de 10 a 13 anos de idade, o uso da Internet todos os dias foi apontado por 91,2% das pessoas. Para os grupos etários seguintes, que compreendem as pessoas de 14 a 39 anos, observou-se que mais de 95% das pessoas afirmaram usar a Internet todos os dias, com os percentuais mais elevados estimados para os grupos de 20 a 24 anos (96,7%) e 25 a 29 anos (96,6%). O menor percentual de pessoas que normalmente utilizavam a Internet todos os dias foi verificado entre a população idosa (84,3%), entretanto, ainda assim, a grande maioria das pessoas com 60 anos ou mais de idade que utilizavam Internet, o faziam diariamente.

Entre os estudantes que utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses, a proporção daqueles que acessavam todos os dias foi de 94,9%, um pouco acima do percentual observado para os não estudantes (92,9%). Ao comparar os estudantes por rede de ensino, observa-se que a proporção dos estudantes da rede privada que utilizavam a Internet diariamente foi de 98,2%, percentual 5,0 p.p. acima do observado entre os da rede pública, que registrou 93,2%.

Equipamento utilizado para acessar a Internet

Em 2022, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, o meio de acesso indicado pelo maior número de pessoas foi, destacadamente, o telefone móvel celular (98,9%), seguido, em menor medida, pela televisão (47,5%), pelo microcomputador (35,5%) e pelo tablet (7,6%). Entre 2021 e 2022, houve aumento do uso da televisão para acessar a Internet (2,4 p.p.) e redução do uso do microcomputador (-6,4 p.p.) e do tablet (-1,7 p.p.).

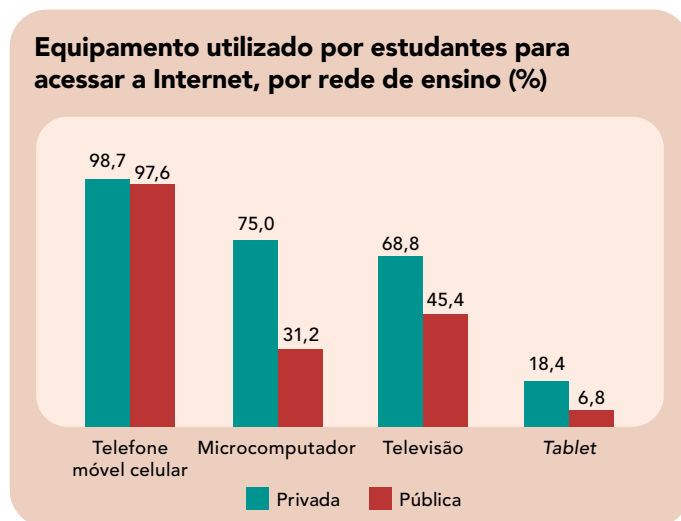


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

A tendência de queda do uso de microcomputador e de *tablet* e aumento da utilização da televisão para acessar a Internet vem sendo observada desde anos anteriores. O acesso da Internet por meio do microcomputador declinou de 63,2%, em 2016, para 46,2%, em 2019, até atingir o menor valor da série em 2022, 35,5%. O percentual de pessoas que acessaram a Internet por meio de aparelho televisor, por outro lado, progrediu continuamente nesse mesmo período: de 11,3%, em 2016, para 32,2%, em 2019, e 47,5%, em 2022.

Considerando a condição de estudante, observou-se um maior uso da televisão (53,2%), do microcomputador (45,8%) e do *tablet* (10,7%) para acessar a Internet entre estudantes em 2022. Esses percentuais para não estudantes ficaram em 45,9%, 32,7% e 6,7%, respectivamente. Ressalta-se, no entanto, que mesmo entre os estudantes, a utilização de microcomputador e *tablet* para acessar a Internet vem caindo ao longo dos anos. O telefone móvel celular era utilizado por quase a totalidade de pessoas, tanto de estudantes quanto de não estudantes (97,9% e 99,1%, nessa ordem), com percentual de uso ligeiramente maior entre os não estudantes.

O grupo de estudantes analisado não é homogêneo. Quando separados por rede de ensino, apresentaram diferenças significativas no uso do microcomputador, da televisão e do *tablet* para acessar a Internet. Em 2022, enquanto 75,0% dos estudantes da rede privada acessavam a Internet pelo microcomputador, esse percentual foi de apenas 31,2% entre os estudantes da rede pública. O uso da televisão para acessar a Internet ocorria para 68,8% dos estudantes da rede privada, sendo este percentual uma vez e meia o apresentado entre estudantes da rede pública (45,4%). No uso do *tablet*, a diferença chegou a quase três vezes: 18,4% na rede privada e 6,8% na rede pública. Mais uma vez, o telefone móvel celular foi o principal equipamento utilizado para acessar a Internet pelos estudantes tanto na rede pública (97,6%) quanto na rede privada (98,7%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Finalidade do acesso à Internet

Em 2022, a PNAD Contínua ampliou a investigação sobre a finalidade do acesso à Internet, adicionando novos itens a serem pesquisados, quais sejam: usar redes sociais; ouvir músicas, rádio ou *podcast*; ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet; jogar (pelo videogame, celular, computador etc.); comprar ou encomendar bens ou serviços; vender ou anunciar bens ou serviços; usar algum serviço público (por exemplo, emitir documentos pela Internet, preencher e enviar formulários *online* ou pagar taxas e impostos pela Internet); e acessar bancos ou outras instituições financeiras para pagamento, transferência, consulta de saldo etc.

A União Internacional de Telecomunicações - UIT (International Telecommunication Union - ITU) destaca que a informação sobre os tipos de atividades realizadas por meio da Internet é um indicador-chave no acompanhamento da sociedade da informação, uma vez que contribui para se compreender como o acesso à Internet está mudando a forma como as pessoas fazem negócios, informam-se, compram, comunicam-se e interagem com outras pessoas ou entidades, incluindo governos². Além disso, tal informação é uma importante indicação da demanda por determinados tipos de serviços e aplicativos.

O percentual de pessoas que acessaram a Internet para conversar por chamadas de voz ou vídeo foi a finalidade mais informada em 2022, alcançando 94,4% dos usuários. Essa proporção caiu um pouco em relação ao ano anterior (-1,3 p.p), embora tenha se expandido em relação a 2019 (3,0 p.p.). A segunda finalidade mais relatada de uso da Internet foi enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail* (92,0%). Ainda que bastante frequente, sendo apontada por mais de 90% dos usuários da Internet, essa utilização apresentou queda tanto em relação a 2021 (-2,9 p.p.) quanto em relação a 2019 (-3,8 p.p.).

Outras finalidades de uso apontadas por mais da metade dos usuários da Internet no período de referência foram: assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (88,3%); usar redes sociais (83,6%); ouvir músicas, rádio ou *podcast* (82,4%); ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet (72,3%); acessar banco(s) ou outras instituições financeiras (60,1%); e enviar ou receber *e-mails* (59,4%). Essa última finalidade de uso da Internet, que já era pesquisada desde 2016, tem apresentado queda, a cada ano, ao longo desse período. O uso da Internet para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes, que também foi pesquisado em anos anteriores, apresentou crescimento contínuo entre 2016 e 2021, quando alcançou 89,1% dos usuários, apresentando leve queda em 2022.

As demais atividades realizadas através da Internet, investigadas na pesquisa, foram citadas em menor proporção, abrangendo menos da metade dos usuários: comprar ou encomendar bens ou serviços (42,0%); usar algum serviço público (33,4%); jogar (32,4%); e vender ou anunciar bens ou serviços (12,0%).

Ao comparar a finalidade de acesso à Internet por sexo, não se observou diferenças muito expressivas na utilização, exceto no que se refere ao hábito de jogar *online*, uma vez que 39,0% dos homens utili-

zaram Internet nos últimos três meses para esse fim, enquanto entre as mulheres o percentual foi de 26,3%. O uso de redes sociais, por outro lado, foi um pouco mais frequente entre as mulheres (84,7%) em relação aos homens (82,4%).

No confronto desses indicadores por condição de estudante, as principais diferenças se referiam ao uso da Internet para jogar, atividade realizada nos últimos três meses por 60,2% dos estudantes e 24,8% dos não estudantes, e acessar banco(s) ou outras instituições financeiras, com percentuais de 40,6% e 65,4%, respectivamente. Tais diferenças podem ser explicadas pelo próprio perfil etário desses grupos, uma vez que os estudantes são, em média, mais jovens que o restante da população pesquisada, possuindo, em decorrência disso, hábitos de utilização da Internet mais específicos.

Finalidade do acesso à Internet, por condição de estudante (%)

Finalidade do acesso à Internet	Pessoas que utilizaram a Internet (%)		
	Total	Condição de estudante	
		Estu-dantes	Não estu-dantes
Enviar ou receber <i>e-mails</i> (correio eletrônico)	59,4	60,2	59,1
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de <i>e-mail</i>	92,0	89,8	92,6
Conversar por chamadas de voz ou vídeo	94,4	92,3	94,9
Usar redes sociais	83,6	88,4	82,3
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	88,3	94,8	86,5
Ouvir músicas, rádio ou <i>podcast</i>	82,4	89,0	80,7
Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet	72,3	70,3	72,8
Jogar (pelo videogame, celular, computador etc.)	32,4	60,2	24,8
Comprar ou encomendar bens ou serviços	42,0	35,6	43,7
Vender ou anunciar bens ou serviços	12,0	8,8	12,9
Usar algum serviço público	33,4	26,0	35,4
Acessar banco(s) ou outras instituições financeiras	60,1	40,6	65,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

² Para informações mais detalhadas, consultar: INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. *Manual for measuring ICT access and use by households and individuals*. Geneva: ITU, 2020. 335 p. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/publications/manual.aspx>. Acesso em: out. 2023

Considerando apenas os estudantes, a análise por rede de ensino mostra que para ambos os grupos de estudantes, das redes pública e privada, as principais utilizações da Internet foram assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes, e conversar por chamadas de voz ou vídeo, ainda que com percentuais mais elevados entre os estudantes da rede privada.

Percebe-se, no entanto, algumas diferenças marcantes no uso da Internet entre os estudantes por rede de ensino, destacando-se as seguintes finalidades com as maiores diferenças: acessar bancos ou outras instituições financeiras (enquanto 66,9% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet para esse fim, entre os estudantes da rede pública o percentual foi de 27,3%); comprar ou encomendar bens ou serviços (58,7% e 24,0%, respectivamente); enviar ou receber *e-mails* (utilização apontada por 81,8% dos estudantes da rede privada e 49,4% da pública); e usar algum serviço público (43,4% e 17,3%, respectivamente). Entre as finalidades do uso da Internet pesquisadas, a única que foi apontada por maior proporção de estudantes da rede pública, frente àqueles da rede privada, foi a atividade de jogar, com percentuais de 63,2% e 54,3%, para os estudantes das redes pública e privada, respectivamente. Para essa atividade, ambos apresentaram percentual consideravelmente acima do observado para os não estudantes.

Acesso gratuito à Internet em locais públicos

Em 2022, a PNAD Contínua investigou, também pela primeira vez, o acesso gratuito à Internet (Wi-Fi) em alguns locais públicos, tais como: estabelecimentos públicos de educação e bibliotecas públicas, estabelecimentos públicos de saúde, praças e parques. Dentre os locais investigados, 8,9% das pessoas que utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses afirmaram ter acessado o serviço gratuitamente em escolas, universidades ou bibliotecas públicas; 5,2%, em estabelecimentos públicos de saúde, como postos de saúde e hospitais públicos; e 5,5%, em praças ou parques públicos. Para os três tipos de locais públicos pesquisados, a Região Sul foi a que apresentou os maiores percentuais de acesso gratuito à Internet: 11,7%, 7,9% e 8,1%, respectivamente.

Nota-se que o acesso gratuito à Internet em estabelecimentos públicos de educação ou bibliotecas públicas foi maior entre os grupos etários mais jovens: 19,1%, para as pessoas de 10 a 13 anos de idade; 24,7%, entre as pessoas de 14 a 19 anos; e 11,5%, para o grupo de 20 a 24 anos.

Conforme esperado, o acesso gratuito à Internet em estabelecimentos de ensino públicos e bibliotecas públicas foi maior entre os estudantes (24,2%) em comparação aos não estudantes (4,8%). Considerando a rede de ensino, estima-se que 26,7% dos estudan-

tes da rede pública que utilizaram Internet no período de referência acessaram o serviço de forma gratuita em escolas, universidades ou bibliotecas públicas, percentual superior ao observado para aqueles da rede privada (19,0%).

A análise regional mostra que, especificamente para os estudantes da rede pública, o acesso à Internet em estabelecimentos de ensino ou bibliotecas públicas variou de 21,9%, na Região Norte, a 35,5%, na Região Sul, considerando-se os estudantes que acessaram a Internet no período.

Ao estender a análise a todos os estudantes da rede pública, independentemente de terem ou não acessado a Internet no período de referência dos últimos três meses, verifica-se que, no País, 23,9% do total de estudantes da rede pública acessou a Internet em escolas, universidades ou bibliotecas públicas nesse período, percentual que variou de 17,5%, na Região Norte, a 32,6%, na Região Sul.

Motivo da não utilização da Internet

No País, em 2022, 12,8% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses. Estima-se que esse grupo era constituído por 78,5% de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, e que 52,3% eram idosos, de 60 anos ou mais de idade. Para esse contingente, estimado em 23,8 milhões de pessoas, investigou-se o principal motivo de não terem acessado a Internet nesse período³. Os dois motivos mais apontados por essas pessoas foram não saber usar a Internet (47,7%) e a falta de necessidade (23,5%). Os motivos seguintes foram de razão econômica (serviço de acesso à Internet era caro, bem como equipamento eletrônico necessário era caro) e representaram, em conjunto, 16,2%. A indisponibilidade do serviço de acesso à Internet nos locais em que costumava frequentar foi apontado por 3,6% das pessoas. Os motivos alegados com menor frequência foram a falta de tempo (2,6%) e preocupação com privacidade ou segurança (2,2%).

O percentual de pessoas que não acessaram a Internet devido ao serviço não estar disponível nos locais que costumavam frequentar era, destacadamente, mais elevado na Região Norte (9,7%), variando entre 2,0% e 5,1% nas demais Grandes Regiões. Adicionalmente, esse motivo foi mais elevado em área rural (8,0%), se comparada à área urbana (1,8%).

Observam-se importantes diferenças entre os motivos alegados para o não uso da Internet entre os grupos etários. Para a população de 60 anos ou mais, verificou-se que o principal motivo foi o de não saber utilizar a Internet (66,1%). Entre as pessoas de 10 a 13 anos, por sua vez, os motivos mais frequentes foram: falta de necessidade (27,9%), o serviço de acesso à Internet era caro (17,1%) e a preocupação com privacidade ou segurança (15,6%), o que, neste último caso, pode refletir uma preocupação dos pais ou responsáveis.

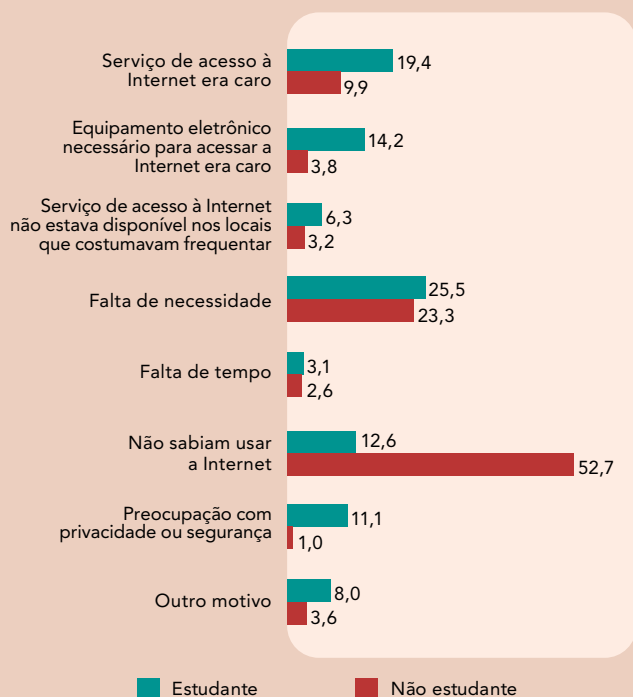
³ Em 2022, com a revisão do questionário do módulo TIC pessoas da PNAD Contínua, houve alterações das opções de respostas relativas ao principal motivo de não utilização da Internet no período de referência: excluiu-se a opção "falta de interesse em acessar a Internet" e incluíram-se as opções "falta de necessidade", "falta de tempo" e "preocupação com privacidade ou segurança".

Motivo por que as pessoas não utilizaram a Internet

- 47,7%** Não sabiam utilizar a Internet
- 23,5%** Falta de necessidade
- 11,1%** Serviço de acesso à Internet era caro
- 5,1%** Equipamento eletrônico necessário era caro
- 3,6%** Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar
- 2,6%** Falta de tempo
- 2,2%** Preocupação com privacidade ou segurança
- 4,2%** Outro motivo



Por condição de estudante (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

A análise por condição de estudante mostrou que, em 2022, 87,7% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet no período de referência eram não estudantes. Entre estes, os motivos mais frequentes para o não uso foram os mesmos identificados para o total da população dessa faixa etária: 52,7% não sabiam utilizar a Internet e 23,3% não tinham necessidade.

Entre os estudantes que não utilizaram a Internet, os motivos foram diferentes. As questões financeiras tiveram maior peso, representando um terço do total (19,4% consideravam o serviço de Internet caro e 14,2%, o equipamento necessário para o acesso caro). A falta de necessidade foi apontada por 25,5% dessa população, percentual ligeiramente acima do observado para os não estudantes, ao passo que o motivo de não saber utilizar a Internet (12,6%) teve peso bem menor do que o observado para a população não estudante. A preocupação com privacidade ou segurança, por sua vez, teve um peso consideravelmente mais elevado entre os estudantes (11,1%), sendo essa preocupação relatada, como principal motivo, por apenas 1,0% dos não estudantes.

Como grande parte dos estudantes que não utilizaram a Internet era do ensino público (93,7%), os motivos para o não uso seguem a mesma tendência do total de estudantes, ou seja, com maior peso para questões financeiras, que somavam um pouco mais de um terço: serviço de acesso à Internet caro (19,9%) e equipamento eletrônico necessário era caro (14,8%). Entre os estudantes do ensino privado, observa-se maior percentual de pessoas que apontaram para a falta de necessidade (35,6%). Para ambos os grupos, a preocupação com privacidade ou segurança foi alegada por mais de 10% das pessoas, com percentuais um pouco superiores entre os estudantes da rede privada (13,1%) frente aos da rede pública (10,9%).

Indicador ampliado de uso da Internet

Conforme descrito pela União Internacional de Telecomunicações - UIT⁴, há situações de indivíduos que não têm conhecimento de que utilizaram Internet e respondem negativamente sobre esse acesso, porém respondem positivamente quando perguntados especificamente sobre a realização, no período pesquisado, de determinadas atividades que demandam Internet. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando uma pessoa acessa redes sociais, troca mensagens por meio de determinados aplicativos ou instala aplicativos no telefone celular, especialmente no caso de serviços da Internet ofertados gratuitamente. Tais pessoas são usuárias da Internet, mesmo sem ter ciência deste fato (*non-aware Internet users*).

Em vista dessa situação, para as pessoas que afirmaram não ter acessado a Internet no período de referência dos últimos três meses, a PNAD Contínua investigou se, nesse período, realizaram atividades que necessariamente demandam Internet⁵, mesmo que não tenham ciência disso. Assim, essa informação permite gerar o indicador ampliado de uso da Internet, que abrange, também, esses moradores, além daqueles que afirmaram ter utilizado a Internet no período investigado. O Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGL.br, no âmbito

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar a publicação sugerida na nota de rodapé 1.

⁵ A fim de captar essa informação, a PNAD Contínua investigou a realização das seguintes atividades, no período de referência dos últimos três meses, por parte das pessoas de 10 anos ou mais de idade que afirmaram não ter acessado a Internet nesse período: enviar ou receber e-mails (correio eletrônico); enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail; usar redes sociais; usar serviços de vídeos ou streaming; e utilizar aplicativo de transporte, compras ou entregas.

⁶ Para informações mais detalhadas, consultar: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. TIC domicílios 2019: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: CGL.br, 2020. 339 p. Publicação bilingue. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em: out. 2023.

da Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros - TIC Domicílios⁶, já havia proposto, anteriormente, um indicador similar, ainda que com algumas diferenças quanto aos itens pesquisados para a identificação dessa situação e à forma de captação.

Considerando o indicador ampliado de uso da Internet, nota-se que 88,7% das pessoas de 10 anos ou mais de idade utilizaram a Internet no período de referência, sendo esse percentual de 74,9% entre os residentes em área rural e 90,8% em área urbana. Regionalmente, o percentual de usuários variou de 84,6%, nas Regiões Norte e Nordeste, a 93,4%, na Região Centro-Oeste.

Constata-se, portanto, uma diferença de 1,5 p.p. entre o indicador ampliado de uso da Internet (88,7%) e o indicador padrão (87,2%). Entre as pessoas que moravam em área rural, essa diferença foi maior (2,2 p.p.) ao passo que em área urbana foi de 1,4 p.p., concluindo-se que entre a população rural havia maior proporção de usuários da Internet não cientes desse uso.

Na população pesquisada, tanto entre o grupo mais jovem, de 10 a 13 anos, quanto entre os idosos, de 60 anos ou mais, a diferença entre o indicador ampliado e o indicador padrão de uso da Internet era maior em comparação aos demais grupos etários, ficando em 2,9 p.p. e 2,3 p.p., respectivamente. Ao analisar por nível de instrução, verifica-se que as maiores proporções de usuários não cientes foram observadas para as pessoas com níveis mais baixos de escolaridade, justamente aquelas pertencentes aos grupos com menor participação de usuários da Internet. Para as pessoas sem instrução, 39,4% afirmaram ter usado a Internet nos últimos três meses, enquanto o indicador ampliado apontava para 41,9%, o que resulta em uma diferença de 2,5 p.p. Entre aquelas com ensino fundamental incompleto, os valores foram 76,6% e 79,0%, respectivamente, diferença de 2,4 p.p.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2022, estima-se que 160,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham telefone móvel celular para uso pessoal no País, o que correspondia a 86,5% da população dessa faixa etária. Contudo, havia grande discrepância entre os percentuais conforme a situação do domicílio. Enquanto 88,9% das pessoas que viviam em área urbana possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, esse percentual foi de 71,2% entre as pessoas da área rural. Ressalta-se que, em relação ao sexo, 88,0% das mulheres e 85,0% dos homens tinham telefone móvel celular para uso pessoal no Brasil.

Estima-se uma contínua expansão da posse de telefone celular no período abrangido pela pesquisa, variando de 77,4% da população de 10 anos ou mais de idade, em 2016, para 81,4%, em 2019, até atingir 86,5%, em 2022. Em 2021, o percentual de pessoas que tinham o aparelho foi de 84,4%, nota-se um crescimento de 2,1 p.p. em 2022.

Em termos regionais, os menores percentuais, em 2022, ocorreram nas Regiões Norte (78,5%) e Nordeste (80,5%), ao passo que as demais Grandes Regiões apresentaram percentuais que variavam de 89,7% a 91,5%.

Para as pessoas que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, a PNAD Contínua investigou se o aparelho tinha acesso à Internet, sendo, atualmente, este o equipamento mais utilizado para acessar a Internet.

De 2021 para 2022, na população de 10 anos ou mais de idade que possuía telefone móvel celular para uso pessoal no País, a parcela que tinha acesso à Internet por meio desse aparelho aumentou de 94,8% para 96,1%. Na área rural esse indicador cresceu 3,4 p.p., de 89,1% para 92,5%, permanecendo, contudo, menor que o da área urbana, que aumentou de 95,5% para 96,5%.

Por grupos de idade

No País, em 2022, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, em cada grupo etário, teve o seu mínimo registrado no grupo de 10 a 13 anos (54,8%), elevando-se abruptamente entre as pessoas de 14 a 19 anos (84,7%). As maiores participações ocorreram nos grupos dos adultos jovens de 25 a 29 anos (94,8%) e de 30 a 39 anos (94,9%). Nos grupos etários seguintes, o percentual declinou gradualmente até o dos adultos de meia-idade de 50 a 59 anos (89,6%), terminando com queda acentuada entre os idosos de 60 anos ou mais (73,7%).

Entre 2021 e 2022, houve crescimento do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em todos os grupos etários, com destaque para os dois grupos mais jovens, de 10 a 13 anos e de 14 a 19 anos, ambos com expansão de 3,4 p.p.

Por condição de estudante e rede de ensino

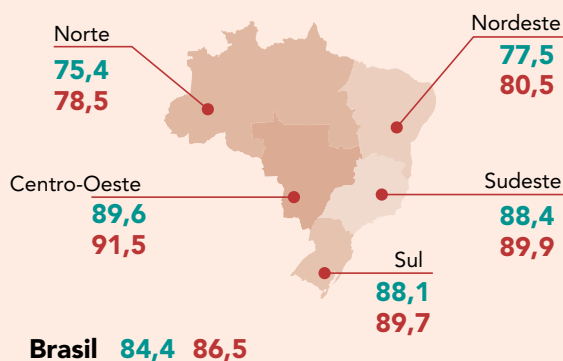
Em 2022, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal era maior entre os não estudantes (88,4%) frente aos estudantes (79,1%). Contudo, entre os estudantes, houve diferença significativa nesse percentual segundo a rede de ensino. Enquanto 94,4% dos estudantes da rede privada tinham telefone móvel celular para uso pessoal, esse percentual era de apenas 72,1% entre aqueles da rede pública.

A maior discrepância no percentual de estudantes que tinham telefone móvel celular entre as redes pública e privada ocorreu na Região Norte, uma diferença de 34,2 p.p. a mais no percentual daqueles da rede privada, explicada sobretudo pelo baixo percentual de estudantes da rede pública com posse de telefone móvel celular nessa Região (58,8%).

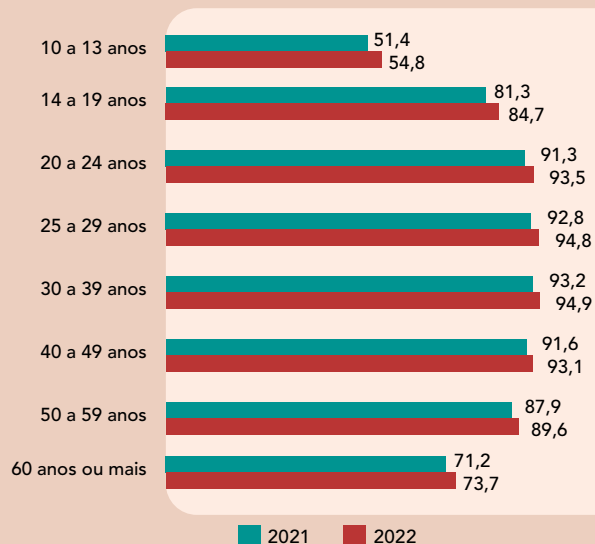
Do total de estudantes que tinham telefone móvel celular para uso pessoal no País, um contingente estimado de 29,7 milhões de pessoas, a parcela que tinha acesso à Internet nesse aparelho era de 98,5%, ficando acima da parcela observada para o total da população de 10 anos ou mais de idade (96,1%).

Pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)

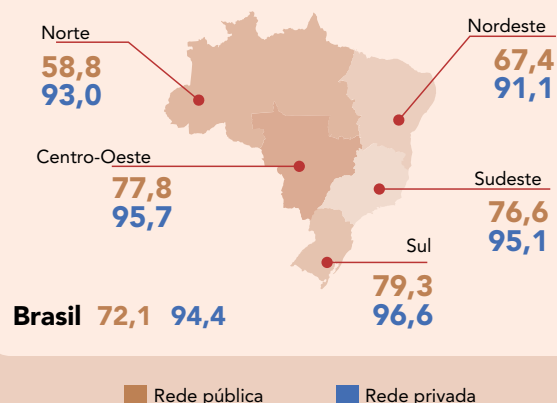
Grandes regiões



Grupos de idade



Rede de ensino



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.

Ainda que os estudantes da rede privada tenham mais acesso ao telefone móvel celular para uso pessoal que os estudantes da rede pública, a existência de Internet nesse aparelho não se difere muito por rede de ensino. Desta forma, entre os estudantes da rede privada, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet na população que tinha telefone móvel celular para uso pessoal foi de 99,3%, ao passo que, entre os estudantes da rede pública foi de 98,0%.

Motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2022, no País, estima-se que 25,0 milhões de pessoas não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, representando 13,5% da população de 10 anos ou mais de idade. Esse percentual era 18,6%, em 2019, e 15,6%, em 2021.

Ao analisar o perfil dessas pessoas por sexo, observa-se que, em 2022, 54,1% eram homens, e 45,9%, mulheres. Por grupo etário, 34,5% eram pessoas de 60 anos ou mais, e 20,9% pertenciam ao grupo de 10 a 13 anos de idade. Por nível de escolaridade, nota-se que 78,8% não tinham instrução ou não haviam completado o ensino fundamental.

Para as pessoas que não possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, a PNAD Contínua investigou o principal motivo de não terem o aparelho⁷. Dentre os motivos alegados, os três que mais se destacaram agregaram, em conjunto, quase $\frac{3}{4}$ das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham esse aparelho, no País. No contingente dos que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, 26,5% alegaram que não sabiam usar telefone móvel celular; 24,8%, que o aparelho telefônico era caro; e 22,0%, falta de necessidade em ter telefone móvel celular. Os demais motivos elencados foram: costumava usar o telefone móvel celular de outra pessoa (11,6%); preocupação com privacidade ou segurança (4,7%); serviço era caro (3,1%); e serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costuma frequentar (1,0%). Além desses, 6,5% das pessoas apontaram outro motivo, que não se enquadrava nos demais pesquisados.

Ao analisar por grupos etários, para o grupo de 10 a 13 anos de idade, além da alegação de o aparelho telefônico ser caro (27,7%) e da falta de necessidade (21,0%), destacam-se como importantes motivos para não terem o aparelho o fato de que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa (19,7%) e a preocupação com privacidade ou segurança (17,2%). Para esse grupo, esses dois motivos tiveram peso superior ao observado para o total da população de 10 anos ou mais. Entre as pessoas de 60 anos ou mais, por outro lado, chama a atenção que mais da metade das que não tinham o aparelho alegavam não saber usar (53,8%).

⁷ Em 2022, com a revisão do questionário do módulo TIC pessoas da PNAD Contínua, houve alterações das opções de respostas relativas ao principal motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal: excluiu-se a opção "falta de interesse em ter telefone móvel celular" e incluíram-se as opções "falta de necessidade" e "preocupação com privacidade ou segurança".

Os três principais motivos para não ter telefone móvel celular, apontados pelo total da população de 10 anos ou mais de idade, também foram os três mais indicados pelos não estudantes, em 2022. Contudo, o motivo de não saber utilizar o aparelho (36,9%) teve peso bem maior nesse caso, seguido pela alegação de falta de necessidade (23,7%), ao passo que o motivo financeiro relativo ao aparelho teve um percentual menor (20,8%).

Entre os estudantes, por outro lado, o motivo com maior percentual foi que o aparelho telefônico era caro (33,3%), seguido pela alegação de que costumavam utilizar o telefone móvel celular de outra pessoa (18,9%), ao passo que a falta de necessidade foi apor-

tada por 18,4%. Nesse grupo, chama a atenção a preocupação com privacidade ou segurança (13,2%), o quarto motivo mais indicado, enquanto entre os não estudantes (0,8%), esse motivo quase não foi relatado.

Como grande parte dos estudantes que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal era da rede pública de ensino (91,5%), os motivos alegados por estes também se concentraram no valor do equipamento (35,0%) e no uso do aparelho de outra pessoa (18,9%). Contudo, entre os estudantes da rede privada, os principais motivos eram falta de necessidade (25,3%) e a preocupação com privacidade ou segurança (23,0%). ■

Pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por condição de estudante e rede de ensino, segundo o motivo (%)

Motivo	Distribuição percentual das pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal				
	Total	Condição de estudante e rede de ensino			
		Não estudantes	Estudantes		
			Total	Estudantes da rede pública	Estudantes da rede privada
Aparelho telefônico era caro	24,8	20,8	33,3	35,0	14,0
Serviço era caro	3,1	2,5	4,2	4,4	2,0
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	1,0	1,1	0,7	0,7	0,2
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	11,6	8,2	18,9	18,9	19,0
Falta de necessidade	22,0	23,7	18,4	17,7	25,3
Não sabiam usar telefone móvel celular	26,5	36,9	3,7	3,7	2,8
Preocupação com privacidade ou segurança	4,7	0,8	13,2	12,3	23,0
Outro motivo	6,5	5,9	7,7	7,2	13,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas
por Amostra de Domicílios

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Pixabay
Freepik

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

/ibgeoficial /ibgeoficial /@ibgeoficial

/ibgecomunica /ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Saiba mais sobre a
pesquisa.